Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Lima, Ana Paula

Baltasar da Silva Lisboa, o império português e a independência do Brasil

http://hdl.handle.net/11067/6738
https://doi.org/10.34628/rwdd-8573

Metadados

Data de Publicação 2022

Resumo Baltasar da Silva Lisboa foi um homem de ciência luso-brasileiro considera do o precursor das ideias ambientalistas no Brasil através do desenvolvimento de uma política de conservação das florestas que visava, para além da preservação das árvores com um fim comercial, garantir estes recursos às gerações futuras e o bem vital das florestas. Vale salientar que a sua prática da História Natural esteve sempre aliada à expressão de convicções filosóficas e políticas. Este artigo refere e analisa um m...

Baltasar da Silva Lisboa, a luso-brazilian man of science was considered the precursor of environmentalist ideas in Brazil through the development of a forest conservation policy that aimed, in addition to the preservation of trees with a commercial purpose, also a the availability of these resources to future generations and the vital well-being of forests. His practice of Natural History was always allied to the expression of his philosophical and political convictions. This article refers to ...

Palavras Chave Lisboa, Baltasar da Silva, 1761-1840 - Crítica e interpretação, Portugal - Colónias - Brasil, Brasil - História - Declaração de independência, 1822

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 06 (Julho-Dezembro 2022)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-02T22:07:42Z com informação proveniente do Repositório

Baltasar da Silva Lisboa, o Império Português e a Independência do Brasil

Baltasar da Silva Lisboa, the Portuguese Empire and the Brazil Independence

Ana Paula dos Santos Lima
Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências com pós-doutoramento realizado na Faculdade de Letras e no Centro de História da Universidade de Lisboa.
Investigadora integrada no CH-ULisboa (Centro de História da Universidade de Lisboa).
Email: alima@letras.ulisboa.pt
ORCID: 0000-0003-1515-6035
DOI: https://doi.org/10.34628/rwdd-8573

Sumário

1. **Introdução: Brasil – uma nação bicentenária**
2. **Aspetos biobliográficos de Baltasar da Silva Lisboa**
3. **Baltasar da Silva Lisboa e o contexto do Brasil imperial**
4. **"Observações sobre a lei da regência permanente"**
5. **Considerações finais: entre consensos e controvérsias**

Resumo: Baltasar da Silva Lisboa foi um homem de ciência luso-brasileiro considerado o precursor das ideias ambientalistas no Brasil através do desenvolvimento de uma política de conservação das florestas que visava, para além da preservação das árvores com um fim comercial, garantir estes recursos às gerações futuras e o bem vital das florestas. Vale salientar que a sua prática da História Natural esteve sempre aliada à expressão de convicções filosóficas e políticas. Este artigo refere e analisa um manuscrito inédito, guardado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de sua autoria sobre visões sócio-políticas do período colonial e imperial do Brasil que possibilita uma crítica historiográfica sobre a Independência do Brasil. As considerações apresentadas resultaram de um amplo estudo das fontes e da historiografia pertinente ao assunto.
Palavras-chave: Império; Independência; Nação brasileira; Ciência; Baltasar da Silva Lisboa.

Abstract: Baltasar da Silva Lisboa, a luso-brazilian man of science was considered the precursor of environmentalist ideas in Brazil through the development of a forest conservation policy that aimed, in addition to the preservation of trees with a commercial purpose, also a the availability of these resources to future generations and the vital well-being of forests. His practice of Natural History was always allied to the expression of his philosophical and political convictions. This article refers to an unpublished manuscript preserved by the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro and written by Baltasar da Silva Lisboa regarding some socio-political views of the colonial and imperial period that allows a critique about the writing of the history of Brazil's Independence. The considerations presented are the result of a broad study concerning the sources and the historiography relevant to the subject.
Keywords: Empire; Independence; Brazilian nation; Science; Baltasar da Silva Lisboa.

1. Introdução: Brasil - uma nação bicentenária

O bicentenário da Independência do Brasil coloca aos historiadores o desafio de revisitar a historiografia e fazer emergir novas perguntas e historicidades relativamente a este acontecimento. É preciso que a bipolarização entre a "grandiosidade" e o "ridículo" do evento consensualmente datado a 7 de setembro de 1822 dê espaço para a construção de um contexto plural e contemplativo da diversidade do Brasil desde meados do século XIX até à atualidade[1]. E que assim se problematizem categorias conceituais que assentam na suposição de uma nação que aceitou a sua condição colonial, estruturas administrativas disfuncionais e políticos despreparados devido a uma crença generalizada de que o Brasil:

> 1) é "um dom de Deus e da Natureza"; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (...) desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar (...) só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um "país dos contrastes" regionais, destinado por isso à pluralidade econô-

1 Cf. OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. Memória, historiografia e política: a independência do Brasil, 200 anos depois. *Estudos Avançados* 36 (105), 2022, p. 24.

> mica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte -, com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo[2].

Além do "jeitinho" solucionador em tudo o que faz, da cordialidade e de outras categorias de ser e estar no mundo com o maior alheamento possível da estrutura organizativa e funcional estatal, permitindo assim que uma sociedade, que tolera a existência de milhões de crianças sem infância, possa ter de si mesma uma imagem positiva da sua unidade fraterna. Referir a necessidade de se revisitar a historiografia não significa destruir ou desmerecer o conhecimento histórico brasileiro já produzido, mas procurar (ou pelo menos tentar) problematizar os conceitos utilizados nos estudos e na produção sobre a história brasileira[3]. Para tal é preciso se reconhecer a necessidade de se aplicar categorias conceituais mais amplas na tentativa de objetivar largamente a realidade do projeto humano-cultural brasileiro:

> Um exemplo desse aspecto é o estudo do período colonial brasileiro. O colonialismo, como conceito, é originário e explicado com base no centro de gravitação da experiência europeia. Nesse sentido, o ponto inicial do colonialismo e da história do Brasil encontra suas considerações na expansão marítima. Nesse sentido, o historiador coloca-se como agente cognitivo no contexto da expansão civilizadora, portanto europeia, para iniciar o processo analítico-interpretativo. O método é tomado atribuindo ao sujeito histórico a incumbência de visualizar sua realidade de um patamar ao qual não pertence no momento que analisa o projeto humano no passado. Pode-se dizer que o quadro pintado é perfeito nos aspectos teóricos e estéticos, mas não consegue representar a realidade histórica, pois, se teoricamente, é perfeito, por outro lado, é frágil quanto a sua capacidade de garantir a proximidade com os espaços da memória[4].

As elites ilustradas intelectuais construíram superficialmente o projeto de nação sem efetivamente investir numa transformação social[5] e operacionalizaram categorias conceituais encantadoras, mas bastante contraditórias que levaram a visões de mundo extremas do processo histórico gerando assim uma naturalização e legitimação de comportamentos onde simultaneamente se reivindica a penalização processual e jurídica da corrupção e se suaviza a "atençãozinha" e o "jeitinho" nas ações quotidianas das instituições. A ideologia da identidade nacional, no sentido da construção de imagens da nacionalidade hegemónica foi produzida por uma classe social circunscrita a interesses políticos e económicos específicos[6]. Essa definição de categorias conceituais da nação gerou uma função paternalista e messiânica dos líderes políticos de forma que, na compreensão da história do Brasil, geralmente na solução das crises afirmou-se de forma constante a vertente do esforço dos líderes. Essa vertente vai encontrar seu desenvolvimento na imagem de um povo ordeiro, incentivado pelo *slogan* "este é um país que vai pra frente"[7] e onde o inimigo da nação é o "gringo" explorador ou alguma potência económica estrangeira.

A história política foi a modalidade mais significativa da historiografia do século XIX, período de construção dos Estados-nação no mundo europeu e americano, quanto do estabelecimento de mitos e tradições nacionais. Seus distintos autores supunham que uma perfeita descrição dos fenómenos do Estado e de seus agentes corresponderia ao próprio processo histórico, sendo esta a base de sua matriz interpretativa. Inclusive esta foi a época de constituição da própria disciplina histórica, lastreada em boa parte nos institutos históricos e geográficos. Tratava-se de estabelecer factos, datações e documentos privilegiados para consolidar o que se esperava que viesse a ser uma história plenamente científica. Escassas dúvidas pairavam sobre o papel central da personalidade dos grandes líderes e estadistas, e os temas históricos giravam em torno de batalhas, relações internacionais, decisões ou hesitações dos ocupantes dos principais cargos políticos[8]. Tais representações escamotearam a realidade ocasionando desta forma o distanciamento das massas da efetiva tomada de decisões no Estado democrático. Faz-se necessário se continuar a centrar o interesse histórico nos sistemas abrangentes, como a economia, a política, a sociedade, mas também, concomitantemente, no horizonte das expectativas subjetivas dos indivíduos, da cultura e do quotidiano a partir de uma redefinição conceitual considerando o contexto da vida com a consciência de que os testemunhos do passado não são neutros, tendo sido, inclusive, recursos e registos da luta política e agentes da memória projetada para a posteridade, construída muitas vezes de forma deliberada e interessada[9]. Além disso, a temática histórica não se circunscreve apenas ao domínio de historiadores profissionais ou mesmo amadores:

> Em qualquer sociedade, saberes, representações e memórias acerca do passado se distribuem por diversos cantos, enraizando-se em sistemas escolares, mercados editoriais e midiáticos, festividades cívicas e disputas políticas que interagem reciprocamente. O resultado são convenções intelectuais estáveis e poderosas, capazes de resistir à postura crítica típica do trabalho do historiador[10].

Portanto, por mais que se façam inovações na escrita da história, como se sabe, a totalidade do tempo da existência é algo impossível de se atingir. Nesse sentido, esta revisitação historiográfica da produção do ilustrado luso-brasileiro Baltasar da Silva Lisboa possibilita notar os desacordos e controvérsias integrantes do processo de estruturação política, identitária e social da nação brasileira, permitindo assim problematizar estruturas conceituais e

2 CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 8.

3 Cf. DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes*. 2ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

4 *Ibidem*, p. 22.

5 *Ibidem*, p.138.

6 *Ibidem*, p.140.

7 *Ibidem*.

8 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55.

9 OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *Op. cit.*, p. 25.

10 *Ibidem*, p. 24.

bases de análise rígidas para dar espaço a uma visão "panorâmica" dos acontecimentos e sujeitos que criaram o Brasil moderno. Desde a revisão historiográfica da escola dos *Annales* que não cabe mais o discurso de que a História consiste em abrir o baú do passado e tirar de lá eventos fidedignos e datas precisas de acontecimentos, pois é sabido que a historiografia é constituída pela interpretação documental dos acontecimentos. Assim, estruturou-se esta argumentação em três principais noções norteadoras da análise: uma biobliografia de Baltasar da Silva Lisboa seguida de uma abordagem historiográfica de contextualização social, económica e política de sua atuação profissional e por fim uma análise das controvérsias registadas no documento *Observações sobre a Lei da Regência Permanente* um dos últimos escritos deste intelectual.

2. Aspetos biobliográficos de Baltasar da Silva Lisboa

Baltasar da Silva Lisboa nasceu na Bahia em 06 de janeiro de 1761 e faleceu no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1840. Filho de pai lisboeta e mãe baiana. Sua juventude foi marcada pela mentalidade iluminista de valorização da ciência e do progresso. Era de uma família de poucos recursos, mas seu pai era um profissional reconhecido na área das construções, seus biógrafos referem-no ora como um arquiteto, ora como pedreiro, o certo é que teve ascensão económica, garantiu o estudo dos seus filhos na metrópole – e posteriormente a ocupação de cargos importantes por parte de seus filhos na administração régia no Brasil. José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, era o seu irmão mais velho.

Cabe aludir que Baltasar da Silva Lisboa foi sócio de grupos intelectuais como a Academia Real das Ciências de Lisboa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (do qual foi membro fundador), o Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Atuou como Juiz de Fora do Rio de Janeiro de 1787 a 1796. Desde 1797 trabalhou como Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus permanecendo neste cargo por cerca de vinte anos e vale ressaltar que a maior parte dos seus escritos conhecidos pela historiografia se referem a este período profissional. Neste cargo, responsável pelos cortes de madeiras, também teve notória oposição às questões relacionadas com o interesse privado em oposição ao bem público. Seu plano de cortes das madeiras de construção tornava o Estado gerenciador de todas as atividades dos cortes e os particulares deveriam obedecer a regras, mesmo em suas propriedades. Baltasar da Silva Lisboa discursava no sentido de limitar a ação dos particulares, pois "tudo deve ser regido pelo bem público"[11]. Essa sua opinião, esboçada no *Discurso Histórico*, que figura entre seus primeiros escritos, se tornou na linha mestra de sua atuação enquanto Juiz Conservador das Matas de Ilhéus. Também foi Comendador da Ordem de Cristo, Conselheiro do Imperador D. Pedro I e em 1827 foi Professor da Faculdade de São Paulo.

"(...)esta revisitação historiográfica da produção do ilustrado luso-brasileiro Baltasar da Silva Lisboa possibilita notar os desacordos e controvérsias integrantes do processo de estruturação política, identitária e social da nação brasileira, permitindo assim problematizar estruturas conceituais e bases de análise rígidas para dar espaço a uma visão "panorâmica" dos acontecimentos e sujeitos que criaram o Brasil moderno"

Um marco importante na trajetória deste intelectual é a sua formação no curso de Direito da Universidade de Coimbra no período da implementação da reforma dos estatutos desta universidade. A reforma dos estatutos tem como marco o ano de 1772 e a obtenção do grau de Baltasar da Silva Lisboa na Universidade de Coimbra ocorreu em 1783. Foi um estudante de alta qualidade no âmbito do perfil delineado para os estudantes na Universidade de Coimbra reformada, tendo inclusive recebido dois prêmios pecuniários pelo seu desempenho. É referenciado pela administração colonial como um funcionário estratégico por ter realizado trabalhos importantes para a implementação de ações modernizantes na colónia em colaboração com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar desde 1796 até 1801. Baltasar da Silva Lisboa sustentou, juntamente com outros homens de ciência, uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer profundamente os seus domínios[12]. Assim, divulgou suas experiências botânicas realizadas na Comarca de Ilhéus no âmbito da História Natural em importantes espaços públicos e académicos no Brasil e em Portugal e reconhecia o impacto das "Luzes" na sociedade luso-brasileira, mas defendia a necessidade de se aplicar estes conhecimentos com adequações à realidade do Brasil. A sua produção se inicia com a *Memória da viagem à vila de Coja* escrita em 1782, que se somando à *Memória sobre análise do carvão de pedra de Buarcos e extração da caparroza da mesma mina* de 1789 e ao *Discurso Histórico Político e Económico dos progressos e estado atual da Filosofia Natural em Portugal, acompanhado de Algumas Reflexões sobre o Estado do Brasil* publicado em 1786 compõem sua fase de formação em Portugal. Neles estão relatadas

11 *Ibidem*.

12 Cf. KURY, Lorelai. Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações *(1780-1810)*. *História, Ciencias, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (suplemento): 109-20, 2004.

suas experiências iniciais como naturalista e as primeiras impressões sobre a agricultura, os povos e a economia do Brasil. O apogeu do seu trabalho no âmbito da História Natural foi como Juiz Conservador das Matas de Ilhéus com as seguintes memórias: *Memória acerca da Abertura de uma Estrada* (1808); *Memória sobre a Comarca de Ilhéus* (1802); *Memória Topográfica e económica da Comarca dos Ilhéus* (1823); *Memória sobre os cortes das árvores do Brasil* (s.d.); *Princípios da física vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes de madeiras* (S.d.); *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria* (1823) e o *Ensaio da física vegetal dos bosques de Ilhéus* (entre 1801 e 1803) que é um conjunto de suas memórias botânicas, que inclui as três últimas citadas. Relativamente aos seus últimos escritos os mesmos incidem sobre temas variados voltados para a realidade social e política do Brasil, como os *Annaes do Rio de Janeiro* (1834); *Justificação ao Público por ordem de sua Majestade Imperial* (1823); *Oração recitada na aula do curso jurídico no Convento de S. Francisco da imperial cidade de São Paulo* (1828); *Observações sobre a Lei da Regência Permanente* (s.d) e a *Memória sobre a Província da Bahia* (s.d). Os *Annaes do Rio de Janeiro*, obra composta por sete volumes, foram suas últimas publicações em vida. A característica marcante dos seus últimos escritos é serem extratos e revisões de produções feitas durante o período em que atuou como funcionário (e naturalista) do Estado português criando também um espaço para apresentar explicações e desabafos sobre intrigas nas quais esteve envolvido.

3. Baltasar da Silva Lisboa e o contexto do Brasil imperial

No período imperial do Brasil Baltasar da Silva Lisboa era um intelectual marginalizado e sem grandes privilégios e o motivo deste degredo é o cerne deste artigo. Baltasar da Silva Lisboa passou o final da sua vida a justificar-se e a garantir à elite política do recém-criado Império do Brasil que estava integrado na nova ordem política. Esta postura de constante retratação devia-se a alguns dissabores provocados pelas acusações de infidelidade à causa brasílica.

No acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constam dois *Elogios históricos* à memória de Baltasar da Silva Lisboa publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e escritos por Bento da Silva Lisboa[13] (seu sobrinho) e por Pedro de Álcantara Bellegarde (militar, educador, astrônomo e engenheiro brasileiro). E é justamente a partir destes necrológios que encontramos pistas sobre a suposta rebeldia de Baltasar da Silva Lisboa no contexto da Independência do Brasil, citando:

> O Conselheiro Baltasar da Silva Lisboa foi de compleição robusta, de estatura pouco acima de ordinária, e de aspecto venerando. O seu coração era em extremo sensível aos males alheios, e por isso nem sempre olhava ao que podia quando se tratava de amparar desvalidos: sua alma foi nobre, constantemente desprezadora das riquezas, e saiu pobríssimo dos importantes lugares que exerceu, a ponto de ser a sua pompa fúnebre fornecida por seus sobrinhos […]. Privado de uma esposa, que por muitos anos havia sido sua companheira fiel e virtuosa, e sem filhos, cultivava a amizade dos seus sobrinhos, que o estimavam como pai. Não se esquecia dos amigos, e com uma delicadeza, que só conhecem os corações sensíveis, em espécies vegetais que descreveu, pôs o nome específico de alguns. E para que nada faltasse a esta alma virtuosa, a religião foi uma convicção profunda, uma consolação constante que teve nos desgostos da idade avançada, e nos contrastes da vida […]. Se morreu pobre de dinheiro, foi rico de saber e de preciosas qualidades; e o Instituto, celebrando sua memória, recomenda á veneração dos Brasileiros o bom cidadão, bom esposo, bom pai, bom amigo, e um dos nossos mais distintos literatos[14].

Esta é uma das poucas descrições sobre Baltasar da Silva Lisboa que não refere diretamente os conflitos que o afligiram durante a sua trajetória de vida. No geral, este homem de ciência esteve sempre envolvido em disputas e a denunciar os excessos da administração colonial. No final da sua vida dedicou-se a enviar anotações, baseadas na sua atuação profissional, para o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro talvez com o subtil objetivo de que estas anotações lhe garantissem uma boa reputação para a posteridade, ou então de conseguir uma reputação mais favorável para si naquela nova conjuntura, uma vez que, no contexto da Independência do Brasil, Baltasar da Silva Lisboa foi acusado pelas Câmaras da Vila da Cachoeira, do Rio de Contas e de Valença de ser infiel à causa do Brasil[15]. Esta acusação, inclusive, mudou o rumo das suas projeções pessoais fazendo-o terminar os seus dias de vida no Rio de Janeiro, e não na Bahia onde estava a viver e onde pensava ficar até falecer.

Estes novos rumos do Brasil dizem respeito a um episódio relacionado com os finais de 1807 quando, em virtude do bloqueio continental imposto pela França à Inglaterra durante as Guerras Napoleónicas e desobedecido por Portugal, em retaliação Napoleão Bonaparte anunciou o fim do reinado da Dinastia de Bragança e ordenou que o seu exército marchasse sobre Portugal. Antes da chegada do exército francês a Lisboa e para escapar a uma captura iminente, o príncipe regente D. João VI e toda a família real embarcou para o Brasil. A guerra assolou a Península Ibérica desde 1807 até 1814, ficando tanto Portugal como a Espanha completamente delapidados, mas com uma considerável diferença: enquanto a família real espanhola foi deposta, a família real portuguesa retirou-se para o Brasil, salvando a soberania do país e iniciando assim um processo que levou à formação de um reino unido e posteriormente à constituição de um novo império independente do Estado originário[16].

Baltasar da Silva Lisboa estava perto dos cinquenta anos neste período turbulento. Atuava nesta época como Juiz Conservador das Matas

13 LISBOA, Bento da Silva. Biografia do conselheiro Baltasar da Silva Lisboa. *RIHGB*. N. 2, 1840.

14 BELLEGARDE, Pedro De Álcantara. Elogio Historico Do Fallecido Socio Honorário o Conselheiro Baltasar Da Silva Lisboa. *RIHGB* 1840. N. 2 (suplemento): 34-39.

15 LIMA, Ana Paula dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus*. Tese (Doutoramento em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós - Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2013, p. 77.

16 OLIVEIRA, Luís. RICUPERO, Rubens (org.). *A Abertura dos Portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 9.

da Comarca de Ilhéus e tinha acabado de redigir a sua memória sobre a abertura de estradas[17] quando a corte bragantina chegou ao Brasil em 1808. Este episódio provocou alterações significativas no debate político da elite colonial luso-brasileira que acabaram por conduzir à independência num longo processo que se terá iniciado a 28 de janeiro de 1808 com a abertura dos portos do Brasil ao comércio externo, tendo terminado em São Paulo no dia 07 de setembro de 1822 com o paradoxal grito do Ipiranga de "Independência ou morte!"[18]. A elevação do Brasil em 1816 a Reino Unido a Portugal e Algarves tinha tornado a condição colonial cada vez mais insustentável. Com o seguimento da Revolução Liberal de 1820 e com a postura implacável por parte da metrópole exigindo o retorno do pacto colonial, os ânimos favoráveis à independência do Brasil se exaltaram numa época onde o republicanismo e o federalismo já haviam ocupado a América espanhola. Em Portugal a situação estava insustentável. Uma forte crise política se arrastava causada pela ausência do rei e dos órgãos do governo que estavam no Brasil e uma crise política fortalecia os discursos contra a monarquia absolutista. Essa Revolução Liberal de 1820 foi bem recebida em algumas capitanias no Brasil, entre as quais a Bahia que passou a obedecer diretamente a Portugal. É neste período que começam os apuros de Baltasar da Silva Lisboa uma vez que foi convocado a jurar fidelidade à constituição das cortes portuguesas e conforme referiu seu sobrinho e biógrafo Bento da Silva Lisboa, quando, "[…] apresentando-se ao Governo, o Secretário vendo o triste estado em que se achava pela sua moléstia, mandou que se retirasse, graça que recusou, para jurar logo a Constituição, declarando que lhe parecia que ela não fazia a felicidade da Nação"[19]. Refere ainda que, posteriormente, o então reformado Juiz Conservador das Matas de Ilhéus teria "aplaudido com o maior entusiasmo os gloriosos sucessos do Rio de Janeiro, quando se proclamou a Independência do Brasil, e se aclamou o Príncipe Regente o Sr. D. Pedro por Imperador"[20]. No entanto, ainda assim, foi acusado pelas Câmaras da Vila da Cachoeira, do Rio de Contas e de Valença de ser infiel ao Brasil e diz-se que depois de "andando por matos e atravessando pântanos", e de ter "sofrido as maiores privações", escapou à prisão embarcando num brigue inglês, que o levou até ao Rio de Janeiro, onde procurou apresentar a sua defesa ao Imperador[21]. José Bonifácio de Andrada e Silva, braço-direito de D. Pedro, não o recebeu, e assim "teve o pungente desgosto de não ser admitido a falar com o Ministro […], nem se consentiu que se apresentasse ao Imperador". E somente depois de documentar e bem argumentar a sua postura de entusiasta da Independência, Baltasar da Silva Lisboa teria obtido "os devidos votos de distinção por S. Majestade D. Pedro I"[22]. Sobre sua retratação, José Bonifácio exigira que fosse publicada pela imprensa:

> Sendo presente a Sua Majestade o Imperador a Representação do Conselheiro Baltasar da Silva Lisboa, em que se refere a sua conduta, e assevera ser só aparentemente contrária à causa Sagrada da Independência do Brasil, pelas apertadas circunstâncias, em que se tem visto na Província da Bahia, protestando a sua adesão à Augusta Pessoa de Sua Majestade Imperial: Manda o Mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, participar ao referido Conselheiro, que, tendo sido notado na opinião pública, como sectário do Governo de Portugal, cumpre que a sua justificação seja também pública pela Imprensa[23]

É válido lembrar que na ocasião da Revolução Liberal de 1820 a Bahia passou a ter uma Junta Governativa que respondia diretamente a Portugal. Assim, apesar da Proclamação da Independência do Brasil em São Paulo, na Bahia se continuava uma guerra pela independência que terminou com a retirada final dos portugueses a 2 de julho de 1823. E devido também a esta revolução D. João VI foi obrigado a retornar para Portugal, o que ocorreu em 26 de abril de 1821, após mais de 13 anos de permanência no Brasil e chegou a Lisboa em julho de 1821, depois de ter jurado as bases da futura constituição.

A eventual adesão de Baltasar da Silva Lisboa à Revolução Liberal 1820 negando a independência do Brasil foi evidenciada pelos seus detratores e por isso foi obrigado a louvar a "causa brasílica" publicamente, e explicou, rogando clemência, num texto intitulado "Justificação ao Público" e publicado pela Imprensa Nacional em 1823, que não era contra a Independência do Brasil e sim fiel a sua Majestade, D. Pedro I,

> Permita-me a Bondade de Vossa Majestade Imperial, além de confessar a minha falta involuntária, rogar a Clemência de Vossa Majestade Imperial se digne desculpá-la, a vista das circunstâncias, que terrorizaram o espírito do Suplicante; Tendo em consideração os seus mais puros sentimentos de fidelidade para com Vossa Majestade Imperial, havendo envelhecido no serviço público, debaixo da Proteção da Venerável Augusta Avó de Vossa Majestade Imperial e de seu amável e Augusto Pai, patenteando os procedimentos do Suplicante logo que se viu em Liberdade na Cidade da Bahia, a sua sincera adesão a causa do Brasil [...], e finalmente não jurando a Constituição feita em Lisboa, dirigindo o seu protesto que esta acompanha, e prestando, apenas chegado a esta Corte, no Senado da Câmara, o Juramento de Fidelidade a Vossa Majestade Imperial [...]. Fugi da minha Fazenda, e me entreguei involuntariamente nas mãos do inimigo, pela perseguição, que me foi feita em Rio de Contas e Camamú [...]. Confesso que o terror da prisão injusta me fez cair no pesar de mostrar-me aderir à causa Europeia, que tanto em meu coração desaprovava à vista [...][24].

17 LIMA, Ana Paula dos Santos. *Prática Científica no Brasil Colônia*: ilustrado luso brasileiro a serviço da natureza (1786 – 1808). Dissertação de mestrado (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós - Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2008, p. 60

18 OLIVEIRA, Luís. RICUPERO, Rubens (org.). *Loc. cit.*

19 LISBOA, Bento da Silva. *Loc. cit.*

20 *Ibidem.*

21 *Ibidem.*

22 *Ibidem.*

23 LISBOA, Baltasar. Justificação ao Publico por ordem de sua Majestade Imperial. *Justificação ao Publico por ordem de sua Magestade Imperial.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

24 *Ibidem.*

Observando o contexto e as acusações anotadas em biografias da época, pode-se inferir que Baltasar da Silva Lisboa teria sido a favor da manutenção do Brasil como reino unido ao de Portugal e que aceitou a ruptura somente depois do príncipe regente ter passado a liderar o movimento independentista, postura semelhante à de seu irmão José da Silva Lisboa. Não é em vão reiterar que Baltasar da Silva Lisboa sempre atuou enquanto funcionário da coroa portuguesa e não consta nas documentações levantadas oposições suas ao domínio português no Brasil. Baltasar da Silva Lisboa manteve suas atividades no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sempre distante do circuito político vigente, até vir a óbito em 1840, e foi a este instituto que entregou suas observações sobre as alianças políticas e os acertos sociais que se revelaram como *status quo* do império e que nunca terão sido a sua perspetiva para a nação. Como tal, é possível afirmar que, devido às reservas levantas por Baltasar da Silva Lisboa relativamente à nova realidade política brasileira, o mesmo não veio a ocupar um lugar de honra na célebre História da Independência do Brasil. No entanto, pode-se também afirmar que compôs a pluralidade do significado histórico da independência pensada para o Brasil.

Considerando a evolução da nação brasileira em paralelo com a realidade do império português: a questão de sucessão ao trono de Portugal após a morte de D. João VI, em março de 1826, implicou numa situação de que nem brasileiros nem portugueses aceitariam uma reunião das duas coroas, mesmo com estatutos separados e autónomos. É facto que D. Pedro I, no Brasil, aclamado em Portugal como D. Pedro IV, logo que seu pai morreu abdicou sem demora a favor de sua filha Maria da Glória (tinha sete anos de idade), mas daí desenrolou-se uma disputa entre absolutistas liderados por D. Miguel e Liberais representados por D. Pedro. Esta disputa fez D. Pedro abdicar do trono do Brasil a favor do seu filho D. Pedro II que tinha cinco anos de idade (abril de 1831) e o Brasil passou a viver o período regencial. Ironia histórica é que neste contexto no Brasil D. Pedro I era acusado de absolutista e em Portugal o mesmo D. Pedro VI era representante da vontade dos liberais.

4. "Observações sobre a lei da regência permanente"

A pista deste documento encontra-se no primeiro volume do "Dicionário bibliográfico brasileiro" de Augusto Sacramento Blake que assim o descreve: "O manuscrito de 10 folhas, assinado pelo autor, pertence ao dito instituto". Este documento, sem data, que refere a nova realidade sócio-política do Brasil Imperial, guardado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lido com cuidado e atenção, é capaz de revelar o segredo e as causas do degredo de Baltasar da Silva Lisboa.

O manuscrito refere que o período regencial foi catastrófico, um tempo de grandes desconfianças públicas, paixões exaltadas e horríveis intrigas e que restringiu-se e limitou-se o poder executivo, quando era necessário que fosse cada vez mais rigorosa a administração. Em nome de interesses pessoais se criavam intrigas que motivavam a anarquia. Ainda está anotado que as agitações no governo eram por falta de preparo dos que ocupavam os cargos ministeriais:

> […] Vendo-se a Médicos exaltados em profundos políticos; e homens de Estado, Militares, que mal sabem da sua profissão das Armas, […] homens incapazes de tudo, pretenderem tudo, sendo tão completa a sua nulidade para tudo, mas que conseguiram iludir a Nação, a qual iam precipitado no vértice das maiores infelicidades, a título de seus mais grandes defensores dos seus direitos, pelas liberdades públicas. Temos tido admiráveis talentos, e gênios sublimes, que conceberam a nobre tarefa de dirigirem o espírito público, mas que personalizando em sua crítica as ações e erros de que se persuadiram, encontram tão diversos administradores públicos, não instruíram a Nação, a quem queriam ilustrar, indicando-lhes meios saudáveis de se remediarem os males públicos, que tanto a humilham, e desolam, privando-a de meios saudáveis, de obstar a resoluções, cujas crises são violentas, pois que somente ela será próspera pela luz, que esclarece, e penetra o espírito, não pela revolução que é um fogo, que consome, e destrói por intolerantes opiniões, os efeitos salutares da mais bem fundada liberdade civil, e política dos Povos, e sua fortuna adquirida pelas boas leis cujos bons efeitos só se realizam pela tranquilidade que faz reinar o Império da justiça e virtudes Patrióticas.[25]

Neste documento, *Observações sobre a Lei da Regência Permanente*, Baltasar da Silva Lisboa expressa que o governo, por excelência a administração pública, deveria ter por meta a felicidade do povo, na garantia de seus direitos, inibindo "as paixões da minoria", para que cada um individualmente gozasse com a "possível igualdade, as utilidades da associação", ou seja do contrato social. Para tal, fazia-se necessário combinar o interesse pessoal com o interesse geral para que não ocorresse o "desassossego da Pátria"[26]. Interessante a afirmação de Baltasar da Silva Lisboa sobre a igualdade *versus* desigualdade onde expressou "possível igualdade", pois em contexto posterior à Independência Americana (1776), à Revolução Francesa (1789), e às revoltas contestatórias no Brasil colonial e imperial, tais como a Inconfidência Mineira[27](1789), a Conjuração Baiana ou dos alfaiates (1798) e a Revolução de Pernambuco (1817), era sapiente de que a igualdade é uma noção relativa, portanto refere-se a uma "possível igualdade" ao invés de igualdade por absoluto.

No discurso de Baltasar da Silva Lisboa neste documento fica claro que refere o termo uma "possível igualdade" e não a igualdade por absoluto por dois motivos:

1. Os governantes são homens com paixões, vícios, defeitos e virtudes;
2. O interesse pessoal pode sempre se sobrepor ao interesse geral.

Daí conforme Baltasar da Silva Lisboa para se evitar estes defeitos era importante educar os jovens para que combatessem os maus hábitos políticos e se tornassem, no futuro, bons

25 LISBOA, Baltasar. *Observações sobre a Lei da Regência Permanente*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. S/d.

26 *Ibidem*.

27 Baltasar da Silva Lisboa foi Inquisidor do Governo na ocasião da Inconfidência Mineira. Cf. MAHONY, Mary Ann. *The world cacao made*: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919. Yale: Dissertation of the degree of doctor of Philosophy. Yale University, 1996, p. 110.

dirigentes do Estado: "A mocidade formada pela moral, bons sentimentos, hábitos de virtudes adquiridas, pode raciocinar, e sem perigo defender-se do sofismo que jamais o atacará com o nome e armas da razão […], torna o mal em acidente, e o bem em hábito"[28].

Cabe lembrar que a formação académica de Baltasar Lisboa se deu num contexto de reforma da Universidade de Coimbra, onde se destacaram ideologias educacionais tais como a de Ribeiro Sanches[29] que se encontram reproduzidas em seus discursos. Conforme Baltasar da Silva Lisboa outro instrumento importante para o Estado possuir a "possível igualdade" seria "a franqueza da imprensa sobre as determinações do Governo", ferramenta fundamental para a paz, já que os sediciosos temiam a opinião pública. Cabe ressaltar que a imprensa se constituiu em importante testemunha dos acontecimentos, do debate político e do repertório conceitual mobilizado pelos partidários das diferentes tendências políticas. A imprensa foi o *locus* de fundação e conformação de muitas matrizes políticas. O período regencial foi de verdadeira guerra jornalística no Rio de Janeiro. Ataques, declarações, contraditos, acusações, manifestos e outros artigos abrasivos ocupavam as páginas dos jornais e pasquins. Baltasar da Silva Lisboa considerava a liberdade de imprensa crucial para o bem do Estado, pois era o instrumento onde se expunha a opinião pública, e por via dela se expressavam queixas e observações da conduta do governo como exercício da liberdade e segundo ele negar a liberdade de imprensa seria suicídio para o governante e para o bom andamento dos negócios públicos. Mas criticou também fervorosamente os abusos da publicidade, disse: publicam-se "coisas da vida particular, de que resultam ódios, inimizades, e a perturbação da paz pública" privando-se a nação de informações importantes, tais como as atividades nas câmaras e leis sancionadas.

"(…)dar ênfase à trajetória do ilustrado luso-brasileiro Baltasar da Silva Lisboa traz à tona a necessidade de se pensar em soluções éticas e políticas para o dilema pós-moderno. A contemporaneidade reconheceu a existência da subjetividade humana na objetividade científica, no entanto falta ainda escrever (ou continuar a escrever) a história desta proposta"

Conforme a opinião de Baltasar da Silva Lisboa a realidade sócio-política que se vivia no período regencial no Brasil era "como no Inferno de Dante" e poderia ter sido evitada. O seu discurso neste documento pode ser compreendido como uma manifestação das raízes do positivismo no Brasil que se encaixou nas tradições culturais do cientificismo pombalino. É preciso também notar Baltasar da Silva Lisboa como um importante sujeito histórico, um *savant positifs* de Comte voltando-se mais para uma solução moralizadora da sociedade brasileira através de uma reforma das opiniões e dos costumes e que posteriormente fundamentou a matriz positivista republicana ao invés de um equilíbrio dos interesses, atitude própria do liberalismo[30]. Era igualmente um leitor assíduo das mais diversas correntes científicas e políticas do seu tempo e costumava fazer sínteses teóricas muito próprias destas leituras unindo e dialogando com visões distintas. Se por um lado na escrita se esforçou para criar laços consensuais, por outro lado durante a sua atuação profissional criou laços conflituosos nos diversos espaços por onde passou. Contudo, não se devem entender as querelas de Baltasar da Silva Lisboa registadas nos documentos da História luso-brasileira como sendo resultado de maus procedimentos profissionais ou da falta de apreço pela diplomacia ou pelo diálogo entre as partes interessadas nas situações, mas sim como resultado direto dos conflitos que giravam em torno dos descompassos da ordem política, económica e administrativa. No fundo, eram ruídos de um novo tempo, com as dinâmicas inerentes ao liberalismo. Podemos considerar este discurso sobre a regência permanente do Brasil um *apriori histórico* das várias independências que ocorreram naquele período considerando categorias como a ciência, a tradição e o poder que possibilitam notar nuances do contexto do Brasil colonial e imperial.

5. Considerações finais: entre consensos e controvérsias

A recombinação de temporalidades diferentes numa mesma narrativa não é mais vista como uma deformação ou mesmo como sinónimo de desordem, mas sim como constituição de um sistema lógico que trabalha com sentidos pré-constituídos[31]. Desta forma, dar ênfase à trajetória do ilustrado luso-brasileiro Baltasar da Silva Lisboa traz à tona a necessidade de

28 LISBOA, Baltasar. *Observações sobre a Lei da Regência Permanente. Op. cit.*

29 Os escritos de Ribeiro Sanches juntamente com os de Verney sobre a educação em Portugal são reconhecidos como basilares para a reforma educacional pombalina. Em "Cartas sobre a Educação da Mocidade", Ribeiro Sanches referiu a criação de uma instituição para a instrução dos filhos das famílias mais ilustres, com ênfase na formação especializada de jovens. "Assim, a discussão sobre a educação da nobreza já ia muito adiantada quando Pombal tomou a decisão de fundar o Colégio Real dos Nobres, dentro do seu programa geral de reforma educacional". Cf. SANCHES, António Ribeiro. *Cartas sobre a Educação da Mocidade.* Universidade da Beira Interior Covilhã – Portugal, 2003. Cf. DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas:* cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese (Doutoramento em História) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós – Graduação em História, 2004, p. 90.

30 Cf. RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Ordem e progresso entre os positivistas brasileiros. In: LEAL, Ernesto Castro (org.). *Ordem e Progresso*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015.

31 DIEHL, Astor Antônio. *Op. cit*., p. 38.

se pensar em soluções éticas e políticas para o dilema pós-moderno. A contemporaneidade reconheceu a existência da subjetividade humana na objetividade científica, no entanto falta ainda escrever (ou continuar a escrever) a história desta proposta. A independência é um dos assuntos mais debatidos da História do Brasil e circunscritos a esta polémica o passado colonial é igualmente um dos temas mais controversos. Por um lado aparece como a mais aceitável e ampla justificação dos problemas sociais e políticos do Brasil contemporâneo como um *devir histórico*, por outro lado a responsabilidade histórico-colonial de Portugal emerge sempre como uma questão em aberto, quer seja com a "novela" do acordo ortográfico, quer seja com os preconceitos coloniais do imaginário luso-brasileiro. O "princípio da nacionalidade" é um não ser neste nosso tempo neoliberal e multicultural. Na verdade, comemorar o bicentenário enquanto celebração da nação é um axioma em movimento. E não podemos deixar de afirmar que a representação do "verdeamarelismo" parece ter tomado uma forma ou astigmatismo de país/equipa de futebol com as paixões próprias dos fenómenos de massas. Há o que comemorar? Talvez sim. A análise da trajetória de Baltasar da Silva Lisboa permite perceber que ciência e política tiveram sempre um estreito diálogo na ideia embrionária da nação brasileira[32] e emerge a necessidade de notar as especificidades que compuseram o panorama que se acostumou chamar de Independência do Brasil, trazendo à tona a análise das controvérsias deste período e dos indivíduos marginalizados neste processo através da problematização da positividade dos discursos.

32 Cf. LIMA, Ana Paula dos Santos. O delineamento da política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus (1797 - 1808). Temporalidades. Vol.6. N. 2 (mai/ago 2014): 75-88. ISSN: 1984-6150.